

«Rentrée» do Ministério da Educação ignora o caos em que colocou a Educação

O Ministério da Educação marcou a sua «réunion» educativa anunciando medidas de apoio social aos alunos do ensino secundário. Só por esgotamento da acção política ou por ignorância do caos em que o ME colocou a educação, se pode explicar a falência ideológica da intervenção da equipa ministerial neste início de ano escolar.

Fazer das medidas de apoio social, nomeadamente através das bolsas de mérito, uma autêntica bandeira política para o início do ano lectivo não é, aos olhos do SPZCentro e da FNE, a forma mais correcta de abordar os reais problemas que alunos, professores e não docentes vão vivendo nas escolas. Pode parecer uma simples frase de oposição sindicalista, mas a verdade é que estas medidas já há muito que estão previstas, quer por este quer por anteriores governos, e não deixam de ser limitadas para as verdadeiras necessidades. Perante problemas graves de desemprego entre os docentes, contratos renovados praticamente no último dia para milhares de não docentes sem uma palavra prévia – apenas a pressão da FNE fez com que o Ministério da Educação renovasse contratos a termo resolutivo certo para cinco mil trabalhadores – ou diminuição consecutiva de recursos para a qualificação profissional, as injustiças criadas no novo Estatuto da Carreira Docente, os atropelos observados na colocação de professores, parece-nos que esta atitude do ME mais não passa de uma forma de escamotear a realidade.

Mais. Não nos podemos esquecer que a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) sempre assentou numa autêntica batalha contra os professores, chegando mesmo ao ponto de a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, explicar, natural e descontraidamente num canal de televisão, que o “desemprego entre docentes é apenas uma causa de questões demográficas”. Trata-se de mais uma frase infeliz – já são demasiadas – que mostra o desrespeito por uma classe essencial no sistema económico e social português. Aliás, desrespeito revelado no adiamento da discussão do grosso da regulamentação do ECD com os sindicatos (Setembro), para não deixar que o tempo de negociação seja suficiente espaçado e alargado, permitindo dessa forma uma efectiva negociação. O ME continua a fazer das suas decisões políticas quase um caminho único, mostrando um enorme défice democrático nas suas medidas.

O SPZCentro gostaria de deixar uma palavra de apreço para todos aqueles docentes que não foram colocados, dizendo-lhes que não desistam e que o acto de ensinar ainda é digno, mesmo que tenha de ser mais forte para lutar contra justificações demográficas ou outras ligadas à “lei da oferta e da procura”, como se de imóveis estivéssemos a falar. São as frases e atitudes que fazem os governos, e as mais recentes são absolutamente desprovidas da ponderação que deve caracterizar o Governo e a sua equipa.

José Ricardo, Presidente do SPZC

Coimbra, 5 de Setembro de 2007